

# A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO

Mariana Costa Carvalho - Intcoop/UFJF  
[marianaccarvalho@yahoo.com.br](mailto:marianaccarvalho@yahoo.com.br)  
Pró-Reitoria de Extensão da UFJF  
GT 2- Redes e fábricas recuperadas

## Resumo

Diante da situação de desemprego e precarização das relações de trabalho, os sujeitos buscam possibilidades de geração de trabalho e renda, onde se inclui, a economia solidária. Além de cooperativas e associações, outra forma de organização são as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de autogestão. O marco destas experiências no Brasil são os anos 1990, contexto de crise e reestruturação produtiva, tendo como reflexo a falência de empresas que passam a ser geridas pelos trabalhadores. Este estudo, resultado de pesquisa de mestrado, faz análise da trajetória política da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, entidade de representação e assessoria de empresas e grupos de autogestão e, ainda, destaca a tensão entre a construção de uma nova cultura para o trabalho e a possibilidade de superação do trabalho abstrato.

## INTRODUÇÃO

Este artigo inscreve-se no rol de análises sobre concepções e ações dos trabalhadores para construção de possibilidades de superação do trabalho subordinado, via autogestão. Ele se constitui como resultado de pesquisa em âmbito de Mestrado, modalidade *strictu sensu*, realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

A década de 1990, no Brasil, constitui-se num marco histórico para análises do contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de novas formas de inserção de trabalhadores no mercado, de ampliação dos índices de desemprego, inflexão do movimento sindical e precarização das relações de trabalho, sob o viés das formas flexíveis de produção e reprodução trazidas pela reestruturação produtiva.

Este quadro, conforme analisa Antunes (1999), é resultado da adoção do receituário neoliberal implantado a partir da crise estrutural do capital, que se abateu sobre as economias capitalistas e, não somente, em nosso país. Houve decréscimo dos postos de trabalho, visível

pela diminuição da classe fabril tradicional e, tendo como um de seus determinantes, a falência de um elevado número de empresas, principalmente do setor industrial.

Como expressão da organização dos trabalhadores para uma nova situação de trabalho surge, em 1991, a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), um dos sujeitos coletivos que preconizam a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo. Este estudo busca elencar elementos que contribuam para desvendar os princípios que os trabalhadores, organizados na ANTEAG, têm utilizado para terem acesso a um direito fundamental que é o trabalho, bem como destacar os paradoxos de uma proposta de superação do trabalho subordinado no limite da sociedade do capital.

Para assim proceder, inicia-se o estudo a partir de diversos pensadores, com diferentes perspectivas ideológicas. De um lado, existem aqueles que indicam que a economia solidária constitui-se como resistência dos setores populares diante da crise e da exclusão social, trazendo uma perspectiva de instauração de novas relações de trabalho visando à emancipação através da superação do trabalho subordinado. Destaca-se, neste campo, Singer (2008, 2003, 2002, 1998) e Cattani (2003). Por seu turno, existem estudos que, no âmbito do Serviço Social e sob o viés marxista, realizam crítica à economia solidária enquanto possibilidade emancipatória. Para estes autores constitui-se em equívoco a potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho desenvolvidas, a sociedade capitalista. Encontra-se este pensamento nas análises de Menezes (2007), Tavares (2004) e Barbosa (2003).

Buscou-se, por meio da análise da ANTEAG, levantar as contradições e incongruências que refutaria aquela que tem sido a grande expectativa dos principais autores que se dedicam ao estudo da economia solidária: a superação da ordem do capital. Tal expectativa, muitas vezes, não é a mesma daqueles que se inserem no trabalho autogestionário, dado que o objetivo, para esses trabalhadores, é a reprodução imediata de sua vida material, ou seja, a sua própria subsistência.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 Trabalho, reestruturação produtiva e precarização das relações: bases para as novas relações de produção**

Para Marx (2006), o trabalho representa uma categoria central para a organização social dos homens. Ele é concebido como uma atividade vital do homem, dotada de vontade e de

consciência, possibilitando-o identificar-se enquanto ser genérico e produtivo. Indo além da mera deliberação, é a atividade realizada no trabalho que diferencia o homem dos animais, surgindo como uma atividade livre.

O trabalho humano é consciente e proposital, pois altera o estado da natureza ao extrair dela sua matéria-prima, aliando projeção mental prévia da transformação material que se deseja operar. Processo pelo qual o homem transforma a natureza, ao mesmo tempo em que modifica a sua própria natureza e, ao efetuar transformação na forma da matéria natural, realiza nesta, o seu objetivo. Assim sendo, compreende-se o trabalho:

[...] sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2001, p. 211-212).

É na atuação com o mundo objetivo que o homem manifesta-se enquanto forma genérica de relacionamento ativo com a natureza, modificando a si próprio e as condições de sua existência. É o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil que, para Marx (2006), é indispensável à existência do homem.

Paradoxalmente, o trabalho na sociedade capitalista reveste-se de subordinação e alienação. Para Antunes (2006), o trabalho sob a ordem do capital deixa de ser uma finalidade central do ser social, convertendo-se em meio de subsistência do trabalhador. Acrescentando que a força de trabalho torna-se mercadoria com a finalidade de criar novas mercadorias com o objetivo de valorizar o capital e manter o movimento de produção e reprodução da ordem estabelecida (*status quo*). Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

O trabalho, concebido como fundante do ser social, transforma-se em mercadoria na sociedade capitalista, assim como o próprio trabalhador e sua força de trabalho. Concretiza-se o trabalho abstrato que corresponde ao valor de troca da mercadoria, convertido em meio de subsistência do trabalhador e propriedade do capitalista.

Na análise marxiana, a alienação leva ao trabalho estranhado, exteriorizado e o que aparece como resultado é a propriedade privada. Da relação entre o trabalho estranhado e a propriedade privada tem-se a emancipação da sociedade que perpassa pela emancipação dos trabalhadores, sobretudo, porque na emancipação da classe trabalhadora encerra-se a emancipação humana universal (MARX, 2006).

Desde os anos de 1970, a sociedade capitalista vem sofrendo intensas modificações que abarcam o âmbito estrito da organização, o mercado e todos os aspectos da vida social. Estas modificações constituem expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital que tem na estruturação produtiva a sua resposta como tentativa de superação da crise e continuidade nos processos de exploração do trabalho e acumulação de riqueza.

A crise verificada nesse período levou à implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, visando à recuperação do seu ciclo produtivo (ANTUNES, 1999). Esgota-se o padrão de acumulação consolidado, iniciando-se a acumulação flexível que, nas palavras de Harvey (1992, p. 140), “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos padrões de consumo.”

No Brasil os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva ocorrem em 1980, sendo na década de 1990 que se desenvolve intensamente. Ocorre a desterritorialização do capital, apelo da participação e envolvimento dos trabalhadores no sentido de redução da hierarquia (operários como “colaboradores”), com intuito de quebra da consciência de classe. Compreende-se que o ônus das transformações implementadas pelo capital recaia, fortemente sobre os trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2008).

De acordo com Mézsáros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca e para que essa lógica funcione, o capital deve exercer comando sobre o trabalho. Nessa direção, a Lei Geral da Acumulação Capitalista, de Marx, tem demonstrado sua extrema atualidade: uma considerável ampliação da força de trabalho em contraposição a uma intensificação nos níveis de exploração da classe trabalhadora.

Para o autor supracitado (2006), é com a flexibilização que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, em que o trabalhador é abandonado e tem que negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. Sujeitos a todas as vicissitudes e oscilações conjunturais e estruturais do mercado de trabalho capitalista, os trabalhadores buscam formas distintas de produção. A economia solidária inscreve-se nesse campo.

## **1.2 Teorização da economia solidária e da autogestão como saída para os trabalhadores em situação de desemprego e trabalho precário**

No final do século XX, no Brasil, é possível observar o surgimento de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores que têm como objetivo a construção de práticas distintas ao assalariamento para aqueles que se encontravam em situação de desemprego ou trabalho

precário. Tratava-se da economia solidária, fenômeno econômico e social que apregoava a solidariedade como princípio e fim da atividade econômica. Traços comuns dessas iniciativas são: a autoajuda e ajuda mútua, a autogestão, os princípios de solidariedade e igualdade (próprios do cooperativismo e associativismo), além da bandeira de um novo e possível projeto de sociedade “alternativa” à capitalista, uma possibilidade de emancipação do trabalho e do sistema, analisado como causador da desigualdade, da pobreza e exclusão. Em concordância com essa ideia, Cattani (2003) sinaliza que a autogestão afirma-se como um modo de agir coletivo, na qual os princípios da ação social se formam a partir da experiência concreta e das intenções e ideias do grupo. A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder e do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que encontra na cooperação qualificada a implementação de outro tipo de ação social.

Para Singer (2003), a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho. Em geral, suas experiências surgem a partir de ex-empregados de uma mesma empresa ou companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, que recebem apoio de outras empresas solidárias, incubadoras universitárias, sindicatos, entidades religiosas, organizações não governamentais, dentre outros.

O autor aponta que os princípios sobre os quais a economia solidária se apoia são eminentemente socialistas, se considerada a forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, que são regidos pelos princípios da solidariedade, democracia e autogestão. Constitui-se em uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentada no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, competição, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais valia. O autor estabelece o vínculo da economia solidária com as experiências cooperativistas históricas socialistas, defendendo que as experiências têm origem no período de pós-consolidação do capitalismo industrial, cujo berço foi à Inglaterra, estando associada ao intenso empobrecimento da população e aos ideais que objetivavam reverter essa realidade elaborada e propagados pelos socialistas utópicos, tais como: Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon.

Cattani (2003) ressalta que a autogestão afirma-se como um modo de agir coletivo, onde os princípios da ação social se formam a partir da experiência concreta e das intenções e ideias do grupo. A prática está fundada na repartição do poder e do ganho, na união de esforços e

no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, o qual se encontra na cooperação qualificada a implementação de outro tipo de ação social.

Singer (1998) reforça a ideia de que o socialismo deve começar a se desenvolver sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, subordinado inicialmente ao capital, mas construído através da livre iniciativa dos trabalhadores. A ideia de revolução, portanto, não está ligada ao emprego da violência e da força. Nessa proposta, Singer defende o poder estatal como sendo necessário para redistribuir, de forma solidária, a renda resultante do processo de reprodução. A este papel central dado ao Estado reside, em nossa avaliação, um fato conflitante com os ideais socialistas.

Entretanto, Singer (2008), nos atenta para as dificuldades encontradas pela autogestão ou cogestão, já que não se apresentam como uma panaceia, isto é, como sendo capazes de solucionar todos os males. Singer propõe uma revolução de baixo para cima, objetivando, no marco do capitalismo, uma convivência possível entre ideais socialistas e princípios eminentemente liberais, rumo à construção de um projeto de sociedade que seja capaz de suprimir a ordem vigente e implantar o socialismo.

Em contraposição a esse pensamento, e no campo do marxismo, encontramos outro viés de análise, que apresentamos no próximo item.

### **1.3 Bases teóricas para uma análise marxista das possibilidades de superação do trabalho subordinado através da economia solidária**

De acordo Tauile (2009) que para entender a ordem social do capitalismo é necessário voltar os olhos para o interior da fábrica, a fim de encontrar explicações para os problemas fundamentais do mundo do trabalho. Para o autor é possível maior intervenção dos trabalhadores no processo de produção através de redução da hierarquia. Entretanto, cabe destacar as dificuldades quando chegam ao processo de circulação.

Em que medida o trabalho realizado nas formas autogestionárias poderia levar à superação da alienação e do próprio sistema? Conforme Novaes (2004) existe limitação no que tange à emancipação do trabalho solidário em relação ao predomínio do capital, além da persistência de facetas da alienação em empreendimentos coletivos. “Assemelhando-se a Simão Bacamarte, os teóricos da ES buscam ‘em nome da ciência’, ‘classificar’ os trabalhadores de empreendimentos coletivos como sendo trabalhadores que deixaram de ser ‘alienados’, separando-os dos trabalhadores de empresas convencionais” (*IDEM, IBIDEM*).

Embasando-se na teoria marxista da alienação, o autor sinaliza que o trabalho alienado não reflete apenas a alienação entre o trabalhador e o objeto, mas sim a relação do trabalhador com os outros homens. Apesar de o trabalhador estar inserido em empresa coletivizada e ter se tornado dono do produto final e conhecedor do processo de produção, ele “rompeu com o estranhamento do processo de trabalho, mas não necessariamente rompeu com a alienação do produto do trabalho” (NOVAES, 2004). As determinações da produção ainda são ditadas pelo capital, tornando a emancipação do trabalho incompleta, pois a alienação na tradição marxista transcende os limites da empresa isolada, situando-se além desta, ou seja, na sociedade.

Barbosa (2007) afirma que, “as atividades da economia solidária podem até apresentar *um modo de produzir*, mas não *um modo de produção* diferente”. Segundo a autora, a precarização do trabalho acaba por fortalecer novas sociabilidades, levando a informalidade a ser cada vez mais indistinguível da organização produtiva. O trabalho assalariado tem sido substituído pelo trabalho autônomo ou de pequena empresa, obscurecendo a relação de emprego.

A autora demonstra que a lei do valor é avassaladora já que impõe a forma de exploração adequada – requisita ou expulsa os trabalhadores; impõe a precarização ou recria a clandestinidade. De acordo com Tavares (2004), as regras jurídicas que norteiam o funcionamento da cooperativa são mediatizadas pela relação capital-trabalho, ou seja, independente da forma que os trabalhadores se reúnam para produzir, acima deles e da força de trabalho, estará o capital.

Sobre a adesão ao consentimento da sociedade em relação à aceitação e defesa do trabalho informal como uma alternativa social, Barbosa (2007) destaca a cultura do auto emprego que se embasa nos eixos de defesa do trabalho por conta própria e na difusão da sociedade por conta própria. Estes eixos sustentam a ideia de que a busca pelo auto emprego é uma forma de enfrentamento da crise capitalista e acaba por refletir na economia solidária. Destacamos à concepção negativa dada ao Estado e ao que tem ligação com o setor público, como sindicatos, partidos e práticas partidárias.

A autora aponta o papel da cultura como responsável pela formação de subjetividades coletivas que levam a aceitação por parte das classes sociais do projeto capitalista. Perde-se o sentido do trabalho protegido e o Estado não é mais o responsável pela promoção de emprego, deixando para o mercado uma parte da regulação do trabalho. Para a sociedade civil fica a responsabilidade de executar as ações de políticas públicas.

Para Tavares (2004), a informalidade é a expressão maior da questão social, estando ao comando direto da produção capitalista, levando o trabalhador a “deixar” a carteira assinada e “acreditar” que é autônomo. Os trabalhadores estão vendendo força de trabalho, acreditando que seja trabalho. Apenas a criação de mecanismos para a extração do sobretrabalho não é suficiente, sendo necessário propagar novas formas de trabalho supostamente autônomas. A tese da economia mista, portanto, é insustentável sob a égide capitalista posto que não haja como cindir em partes atomizadas: o capital e o trabalho.

Menezes (2007) defende que as iniciativas econômicas dos pobres e excluídos são funcionais ao capital, pois o Estado passa a não mais se responsabilizar pela pauperização de milhões de pessoas. As estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Cabe ao projeto hegemônico convencer os trabalhadores de sua responsabilidade na barbárie social. Para a autora a economia solidária representa um projeto político de cunho salvacionista. A economia solidária tem, portanto, seus princípios retirados do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico (tendência denominada pela autora de “*olhar retrô*”), que a transforma em poderosa arma de manipulação político-ideológica.

Tais possibilidades ocorrem no interior da ordem vigente, não fazendo ou representando contestação a ordem burguesa. Nesse sentido, “os projetos ‘alternativos’ engendram revisão conceitual e operativa da produção e da reprodução dos pobres e dos ‘excluídos’ se circunscreve, exclusivamente, à reprodução da vida e não do sistema” (MENEZES, 2007). Conforme explicita essa autora (*IBIDEM*), a economia solidária estaria “vendendo a ilusão de ‘que outro mundo é possível’, sem abalar o sistema capitalista”, o que se reduz a pelo menos duas intenções ideopolíticas: pensar a economia solidária como um gesto de humanidade e beneficência por parte de teóricos dispostos a inventar um mundo “alternativo” para sanar a pobreza; e que a economia solidária constitui-se em um projeto político direcionado para a pobreza sendo, na realidade, um braço auxiliar de peso para articular as entidades que integram a ‘economia solidária’ ao sistema financeiro público e privado através do crédito (‘sociedades de microcrédito’) associado ao engodo ideológico do *empreendedorismo*, que transfere para o plano pessoal/individual a solução para o desemprego sob a fórmula mágica do auto emprego.

Portanto, para a autora (*IBIDEM*), a economia solidária é expressão de uma das manifestações do terceiro setor, devido ao caráter conciliador que apresenta, ou seja, é avesso à ruptura com o capital, constituindo-se em “uma busca do equilíbrio”. Nessa direção,



o que tem restado aos ideólogos do terceiro setor é “vislumbrar condições para a humanização do capital (BARBOSA, 2007)”.

A partir destas referências analisaremos uma entidade que se desenvolve no campo da autogestão.

## **2 METODOLOGIA**

Visando-se aprofundar o conhecimento sobre a problemática apresentada, que se constitui em objeto deste estudo e incorporando a matriz crítico-dialética, a metodologia utilizada para a investigação foi estudo bibliográfico seguido de pesquisa empírica, entre os anos de 2009 a 2012. O estudo teórico abarcou as principais referências na temática e o estudo de campo foi realizado na ANTEAG, com sede em São Paulo. O instrumento de coleta de dados utilizada foi a entrevista de caráter semi-estruturado, junto aos integrantes da assessoria de formação daquela entidade que, naquele momento respondia por todas as questões referentes à associação pesquisada. O estudo também analisou os informativos e materiais pedagógicos publicados pela ANTEAG. A síntese do estudo teórico foi organizada a partir dos três eixos que descritos a seguir. Após sua apresentação, destacaremos o resultado da pesquisa de campo e as considerações finais.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A ANTEAG é um dos sujeitos coletivos que preconizam a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo. Foi criada a partir da dinâmica de ampliação das pautas de luta do movimento sindical e nasce a partir da experiência de uma fábrica de calçados que veio a falência em Franca, São Paulo, em 1991. Os trabalhadores, em parceria com o sindicato da categoria, reabriram e recuperaram um total de 450 postos de trabalho. Entre 1994 e 2004, a ANTEAG relacionou-se com 672 empresas falidas ou em situação pré-falimentar e, em 2004, de acordo com os dados oficiais, metade subsistiram (ANTEAG, 2004).

Entidade sem fins lucrativos com sede em São Paulo foi formada por ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economômicos (DIEESE), intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. É uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Os integrantes das empresas falidas ou em situação de falência, chegavam aos sindicatos solicitando apoio, entretanto estas entidades não sabiam como responder limitados pela própria estrutura sindical varguista. Muitos sindicatos atuavam em conjunto com comissões de fábricas e, foi nessa direção, que originou a proposta da autogestão: das próprias comissões de fábricas.

O trabalho na ANTEAG é desenvolvido com os assessores (integrantes da associação) e os dirigentes (integrantes das fábricas). Para realizar as atividades de formação o assessor precisa ter conhecimentos específicos, entretanto, não há uma formação teórica e sim uma formação para a prática, conforme verbaliza a assessoria de formação: *“Às vezes a gente brinca, como uma forma de provocação, quando se faz essas perguntas, que a escola superior de guerra ou o presídio ensina mais a prática do que uma academia”*. (ASSESSORIA DE FORMAÇÃO).

Uma grande dificuldade enfrentada na assessoria refere-se à ausência de interesse por parte dos trabalhadores em relação aos princípios para a autogestão. As demandas acabam sendo por questões técnicas específicas. Outra dificuldade é a herança fordista presente, que acaba por atrapalhar ou impedir as mudanças necessárias. Há resistência dos trabalhadores em adquirir novas formas de execução do trabalho. Exemplo, é a fase de eleição do presidente da cooperativa onde, para o entrevistado, ocorre à projeção do antigo dono nesta nova figura, agora eleita por todos os trabalhadores.

*Na expressão de Foucault, você tem que devorar a poltrona do dono da empresa, do diretor. Porque a hora que você elege o presidente da cooperativa eles vão projetar no cara o antigo dono. O primeiro presidente vira carne moída. Aí você tem que fazer com que eles devorem a poltrona do cara, mentalmente, tipo Freud que tem uma cerimônia que os filhos têm que jantar o pai. Você tem que absorver o papel dele. Você não, nós. E isso é muito difícil, porque é uma projeção (ASSESSORIA DE FORMAÇÃO).*

De acordo com a assessoria, o recurso era oriundo do Ministério do Trabalho, intermediado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Rede UNITRABALHO. As universidades participaram desde o início da assessoria intermediando recursos públicos para a realização do trabalho, além de recursos advindos de editais nacionais e recursos internacionais.

Primeiramente, a ANTEAG só realizava trabalho com empresas recuperadas, tendo após certo tempo, expandido suas ações para o trabalho com políticas públicas que promovessem inclusão social, abarcando incubação de cooperativas e associações a pedido de algumas prefeituras. Essa modificação do foco de atuação ocorreu para possibilitar captação de

recursos financeiros, indispensável para a sobrevivência da associação. Essa ação acabou trazendo conflitos internos, caracterizado, por alguns, como “perda da pureza da autogestão.”

De acordo com a assessoria de formação é na metodologia de formação que se faz o trabalho educativo, “*na metodologia você faz a educação.*” O processo de formação em autogestão perpassa a realização de três etapas: 1ª) a “*autogestão*”: *são oferecidos cursos que abordam questões básicas*; 2ª) “*educação para a autogestão*”: *trabalho direcionado para algo mais específico*; 3ª) “*educação pela ou através da autogestão*”: *momento em que importantes aspectos são discutidos como a elaboração do estatuto social e do regimento interno. A discussão é valorizada na formação por ser considerada um processo educativo (ASSESSORIA DE FORMAÇÃO)*”.

A assessoria de formação relata a inexistência de autores específicos que tratam da autogestão. Sobre os instrumentos para assessoria, destacam-se palestras e os cadernos publicados pela ANTEAG. As publicações são direcionadas apenas para os trabalhadores que fazem formação, não estando disponíveis para outros trabalhadores. Percebemos que a formação não ultrapassa os portões das fábricas. Como atingir o conjunto da classe? Há que se lembrar de que Marx (2006) nos traz que a noção de emancipação deve incorporar a humanidade como totalidade e, para que isto seja possível, deve incorporar a noção de emancipação dos trabalhadores.

Em relação aos meios de comunicação utilizados estão o *site* e a participação em eventos, como os fóruns, conselhos, encontros, que contaram com ajuda da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dentro do movimento de economia solidária existem ações políticas que procuram fomentar o debate, elaboração teórica, formatação de política pública como Fórum Nacional de Economia Solidária, além de Redes, como a Rede Nacional de Empreendimentos Solidários.

Quanto aos critérios para receber assessoria, a empresa deve se associar e passa a contribuir mensalmente, cujo valor é calculado de acordo com o número de trabalhadores que possui. No início do trabalho a ANTEAG realizava assessoria para dois públicos diferenciados: dirigentes das empresas e “chão de fábrica”. Ao realizar um balanço, ressalta que houve equívoco na metodologia do trabalho e o erro não estaria em se trabalhar com dois grupos de forma separada; estaria em não se combinar esse trabalho. Soma-se o fato da cultura de que o saber é uma mercadoria que levava a situações em que o trabalhador não repassava o que aprendia.

Não há um tempo médio de duração da assessoria. O entrevistado destaca a existência de diferenças entre a metodologia utilizada pela ANTEAG e as de outras instituições que prestam assessoria na área da autogestão: a formação da ANTEAG é realizada a partir da “perspectiva da libertação do trabalhador e não apenas para o empreendimento.”

Para o entrevistado, o principal benefício da empresa mercantil é a carteira assinada; benefício fortemente ligado a cultura trabalhadora brasileira, mas concedido a partir da perda da liberdade do trabalhador. Entretanto, destacamos que o benefício da carteira assinada consubstancia-se em importante conquista da classe trabalhadora.

Outra questão enfrentada diz respeito à adequação aos parâmetros do mercado. Enfrentar o mercado é algo inevitável, pois existe a necessidade de criar um espaço e uma inserção. Para o entrevistado quando se transforma uma empresa mercantil em autogestionária, devem ser trabalhados: a organização do processo de trabalho; a gestão; a educação e a formação política dos trabalhadores; a cultura dos trabalhadores; e a consciência de classe.

Sobre sindicalização foi ressaltado a inexistência de um sindicato que atenda trabalhadores autogestionários que, no Brasil, “*acaba por se constituir em uma entidade de representação para negociar salários*” (ASSESSORIA DE FORMAÇÃO).

A relação com o poder público efetivou-se com o início do trabalho com políticas públicas e, atualmente, o Governo Federal está mais voltado para esta questão, o que o entrevistado considera positivo. Tem ocorrido maior facilidade em relação a acesso a recursos financeiros para executar projetos, levando as organizações a se distanciarem de seu objetivo principal, justificada pela necessidade de manutenção de sua estrutura. Assim, o entrevistado coloca a necessidade de promoção e investimento por parte do governo para que os movimentos de autogestão e economia solidária tenham força e se organizem.

Não tendo sede própria, a ANTEAG utiliza, hoje, parte da sede que é emprestada pelo sindicato dos arquitetos de São Paulo, contando com cerca de 30 empresas assessoradas. Em relação aos desafios foi apontado o envio da ANTEAG para o Ministério das Micro e Pequenas Empresas, o que tem gerado resistências por parte dos coletivos e entidades de apoio. E a própria reestruturação da ANTEAG, na perspectiva de se manter uma estrutura de estudo e pesquisa, bem como construir uma entidade de representação e mobilização política.

O trabalho com autogestão e economia solidária apresenta uma proposta que tem como base a substituição do que é conhecido e vivenciado como processo natural – as relações verticais típicas do capital. A vivência da contradição entre antigos valores e as novas relações vividas pelo indivíduo, em determinadas condições, pode levar a uma inicial superação da alienação.

Para Iasi (2007) a condição inicial para tal passagem é o grupo, podendo propiciar a passagem da consciência em si à consciência de classe, entretanto, há que considerar que ainda que o indivíduo possa estar consciente da contradição do sistema, o mercado onde as empresas se inserem continua sendo o capitalista.

O campo das contradições está aberto. Assim, é preciso considerar o que foi sinalizado por Iasi (*IBIDEM*). Vivemos um momento de restauração e crise da alternativa socialista que vem acompanhada de ofensiva teórica do pensamento de esquerda, o que leva a necessidade de retomar ao conceito de Marx sobre emancipação humana. Ao que nos parece, as experiências autogestionárias, sozinhas, não se constituem como instrumentos de superação da ordem. Seu limite é o mercado, onde as empresas buscam se inserir. Tratam de “tentativas desesperadas”, ou ainda, a única opção possível de salvar postos de trabalho em situações de crise.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo exposto, a categoria contradição está presente no trabalho da ANTEAG. A construção de relações de trabalho comprometidas com práticas de solidariedade e horizontalidade que objetivam a superação do trabalho subordinado torna-se, a partir da análise da experiência política da ANTEAG, sob o viés da economia solidária, um processo cheio de limitações e contradições. As dificuldades estão relacionadas, direta e indiretamente, com a questão do aspecto cultural que se vincula, em nossa avaliação, à construção de consciência de classe. É possível que a opção pelos modelos autogestionários de organização do trabalho não esteja relacionada a processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado, vivenciado nas empresas antes do período falimentar. A “opção” é motivada pelas dificuldades da conjuntura econômica, não se configurando em opção política. Há que se considerar o contexto de crise que determinou o fechamento de muitas empresas.

A efetivação de práticas e relações mais horizontais de trabalho são importantes, pois materializam-se em práticas mediatizadas por princípios mais éticos, igualitários e justos. Mas, estaria longe de se tornar um instrumento de transformação social. O trabalho autogestionário é viável para a dinâmica capitalista, pois ocupam trabalhadores que não conseguem colocação no mercado formal. E, mais, ocorre redução de gastos com políticas e programas compensatórios (como o Bolsa Família), contenção de conflitos de classe e auxilia no aquecimento e movimentação do mercado. Há uma captura dos princípios que, de emancipatórios se travestem de imediatismo, de sobrevivência da classe no interior do

próprio sistema. E, sob intervenção direta do Estado, por meio de políticas públicas de geração de trabalho e renda, os coletivos encontram subsídios financeiros e se perpetuam limitados pelo próprio sistema.

Atualmente, a ANTEAG encontra-se em uma situação de profunda crise. Não dispõe de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal e nem sede própria. A instituição não conta com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das fábricas pelos próprios trabalhadores. As dificuldades enfrentadas, no presente, são muitas. Para além dos princípios, cujas bases e incongruências procuramos destacar, as condições de existência da própria organização são precárias, fragilizando, inclusive, a proposta que procura abarcar.

## 5 REFERÊNCIAS

ANTEAG. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004.

ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA, R. N. de C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, M. C. *Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. 2012, 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós - Graduação em Serviço Social - Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2012.

CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 3. ed. São Paulo: Globo Editora, 1980.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, vol. I, 18º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENEZES, M. T. C. G. de. *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In: ANTUNES, Ricardo (org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44.

\_\_\_\_\_. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102p.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVAES, H. T. *Os Simões Bacamarte da Economia Solidária*. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br/itcp/arq166.pdf>. Versão preliminar agosto de 2004> Acesso em 28 out. 2009.

SINGER, P. I. *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_.; SOUZA A. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia solidária*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

\_\_\_\_\_. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.

TAUILE, J. R. *Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento – escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

TAVARES, M. A. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.